Revista Latino-Americana de
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Campos Neutrais

Entrevista com Marcos Caramuru

Autores: Vivian Rocha
Guilherme Breyer

1 NOTA INTRODUTÓRIA DOS ENTREVISTADORES

A presente entrevista tem como objetivo analisar a evolução das relações econômicas entre Brasil e China a partir da trajetória diplomática do entrevistado, explorando o impacto da transformação da economia chinesa na expansão do comércio, na atração de investimentos e na consolidação do país asiático como o principal parceiro econômico brasileiro. A partir dessa perspectiva histórica, busca-se compreender não só a atual concentração da pauta exportadora brasileira, mas também o atual estágio de cooperação mais diversificada em setores como infraestrutura, energia, indústria, tecnologia, serviços financeiros e logística. Ademais, examina-se o papel desempenhado pela diplomacia econômica brasileira e por mecanismos institucionais de diálogo, a exemplo da COSBAN, do Plano Decenal de Cooperação e do fórum BRICS, na promoção do comércio e dos investimentos bilaterais. Por fim, identificam-se os principais desafios, oportunidades e lições acumulados ao longo das relações sino-brasileiras, destacando os fatores que permitiram consolidar a China como parceiro comercial central e um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil. A entrevista foi realizada de forma remota no dia 14 de julho de 2026, durante 1 hora.

2 BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

Marcos Caramuru de Paiva é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diplomado pelo Instituto Rio Branco. Ao longo de sua trajetória profissional, acumulou experiência nas áreas de relações Brasil–China, diplomacia econômica, investimentos chineses no Brasil, comércio exterior, política externa brasileira, Ásia e geopolítica, BRICS, rivalidade China–Estados Unidos, além de infraestrutura, energia e transição energética. Viveu 16 anos no Leste Asiático, dos quais 12 foram na China. Sua carreira abrange cargos de liderança no setor público e financeiro, tendo atuado como

GABRIEL, V.D.R.; DIAS, G. B. R. Entrevista com Marcos Caramuru. **Campos Neutrais**. Rio Grande. V. 8, N. 2. P. 690 - 712 | maio/agosto. 2025. | (ISSN 2596-1314).

Diretor-Executivo do Banco Mundial (1993–1996), Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (1996–2003) e Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) em 2003. No serviço exterior, serviu como Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei (2004–2008), Cônsul-Geral do Brasil em Xangai (2008–2011) e Embaixador do Brasil na China, em Pequim (2016–2018). Desde 2019, atua no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) como Conselheiro Consultivo Internacional.

3 ENTREVISTA

Pergunta

No período em que o senhor atuou na China, presenciou os diferentes momentos da transformação econômica do país. Qual foi a mudança mais impressionante que o senhor observou e em que momento percebeu que a China se tornaria uma potência econômica global?

Resposta

A China, no início desse processo, não tinha exatamente a intenção de regularizar toda a economia de uma só vez. As reformas foram acontecendo de forma gradual e muito pragmática. Depois vieram algumas crises importantes, especialmente a crise financeira de 2008. Nesse momento, o governo chinês respondeu com um grande pacote de financiamento voltado aos governos locais, permitindo a realização de diversos projetos de investimento e infraestrutura. Com o passar do tempo, a China foi ajustando sua realidade macroeconômica e aperfeiçoando seu modelo de desenvolvimento. Mas a mudança mais marcante que eu observei aconteceu por volta de 2020, quando ficou muito claro que o país havia decidido abraçar o desenvolvimento tecnológico como prioridade estratégica. A China passou a direcionar seus esforços para as novas tecnologias, que hoje ocupam um papel central nos planos quinquenais. Na minha avaliação, essa foi a transformação mais radical que presenciei ao longo do período em que acompanhei a evolução do país.

Pergunta

A China construiu seu desenvolvimento a partir de um planejamento de longo prazo e de políticas industriais consistentes. Na sua avaliação, que lições essa experiência oferece ao Brasil? O país tem conseguido aproveitar a parceria com a China como instrumento de

desenvolvimento e fortalecimento de suas capacidades produtivas, ou ainda carece de uma estratégia nacional capaz de transformar essa relação em ganhos estruturais para a economia brasileira?

Resposta:

Primeiro, eu acho que o modelo da China não é replicável. Definitivamente não é replicável, porque exige uma sociedade como a chinesa: confuciana, disciplinada, empreendedora etc. Segundo, exige uma taxa de poupança que nós nunca tivemos. A nossa taxa de poupança é em torno de 16% do PIB. A da China, enquanto crescia 10% ou 11% ao ano, era de 52% ou 53%. Ainda hoje é de 42% ou 43% do PIB. A terceira coisa é que a China nunca quis fazer políticas redistributivas de renda. Ela sempre acreditou que era o crescimento econômico que garantiria a melhoria dos padrões de vida das pessoas. Nós temos uma política redistributiva de renda em função do fato de termos uma sociedade com grande diversidade étnica e o passado da escravidão. É uma outra realidade.

Na verdade, o modelo chinês não é replicável por nenhum outro país. Além disso, a China tem a pretensão de ser uma grande potência. O Brasil não tem essa pretensão. A China é capaz de gastar recursos nisso, até recursos humanos. Um exemplo: a China investiu uma quantidade enorme de recursos e de capital humano em aprender línguas estrangeiras, as mais variadas, de modo a se colocar em realidades externas. Nós nunca tivemos a pretensão de ser uma grande potência. Por esses e outros fatores eu não acho que o modelo chinês seja um exemplo para nós.

Mas acho que o modelo chinês tem lições. A primeira é o investimento em educação. A segunda é uma certa organização do Estado para programar os investimentos. Nós temos investimentos estatais que são interrompidos a cada quatro anos. A nossa noção de Estado é fragilizada por isso. Muda o governo, muda a orientação dos investimentos.

Outra experiência importante são os esforços que a China fez para retirar as pessoas da pobreza. O nosso esforço, como anteriormente mencionado, está na linha da redistribuição de renda. O da China está essencialmente na promoção do crescimento. Xi Jinping já disse isso: os países latino-americanos têm líderes populistas que gostam de fazer com que as pessoas tenham a renda dos europeus sem que tenham a riqueza dos europeus.

Parece claro que os chineses conseguiram avanços em várias áreas das quais nós podemos nos beneficiar. Eles não têm a tradição de compartilhar tecnologia, mas é sempre possível aprender com os seus avanços. Talvez as grandes lições sejam: invista nas pessoas e espere o Em regimes democráticos, como o nosso, o tempo é curto. Os governos querem mostrar resultados, e o período é limitado para isso.

Pergunta:

Durante sua gestão como embaixador em Pequim (2016–2018), a relação bilateral se tornou mais dinâmica e passou a corresponder a mais de 40% do superávit comercial brasileiro. Na prática, quais fatores explicam esse momento de forte aproximação econômica entre os dois países nesse período?

Resposta:

Do ponto de vista das nossas exportações, o que mais contribuiu foi a demanda chinesa. O exportador nem conhece o comprador do lado de lá; quem faz essa ponte é uma trading company, que tem contato com os compradores chineses. Mas o Brasil teve a capacidade de entender que essa demanda representava uma oportunidade.

A segunda questão foi o minério de ferro. A Vale entendeu, desde o primeiro momento, que haveria uma demanda crescente da China por minério de ferro. Assim, investiu pesadamente na exploração de minas. Era um investimento que poderia ser frustrado, porque foi uma aposta na taxa de crescimento chinesa e muitos acharam que ela não se manteria alta. Ao lado disso, os grandes produtores de minério de ferro no mundo são poucos: Brasil e Austrália, principalmente.

Em suma, o crescimento do comércio resultou de uma combinação de fatores. A demanda chinesa motivou esse movimento e, por outro lado, alguns segmentos brasileiros, como a agricultura e a mineração, souberam enxergar nessa demanda uma oportunidade para exportar mais e gerar riqueza.

A terceira questão foi um entendimento entre os governos. A China é governada por um partido que se autointitula Partido Comunista. Como o Brasil teve vários governos de esquerda, —, criou-se uma oportunidade de diálogo que não existia anteriormente. Eu digo isso, embora tenha sido embaixador no governo Temer, e não durante um governo do PT. Mas

o espaço de diálogo já havia sido criado e teve reflexos também sobre os investimentos, porque os chineses passaram a se sentir mais confiantes.

Algumas empresas identificaram oportunidades. A State Grid foi uma das primeiras na área de energia elétrica. Lembro que, quando eu era embaixador, foi o período em que a State Grid comprou a Companhia de Eletricidade de São Paulo e se tornou uma grande distribuidora de energia no Brasil. Investimentos dessa ordem só acontecem quando existe um clima de confiança entre os dois países.

O governo Temer, embora governo curto, acabou se beneficiando desse ambiente de entendimento. Apesar de Temer não se apresentar como um político de esquerda, ele foi eleito vice-presidente na chapa da Dilma. Além disso, Xi Jinping o conhecia. Antes de se tornar presidente da China, Xi Jinping havia visitado o Brasil, quando ocupava outro cargo, e Temer era presidente da Câmara. Na ocasião, deu a ele uma atenção muito qualificada. Isso facilitou o diálogo entre os dois. Os chineses viam no Temer alguém com quem poderiam manter um bom relacionamento. Por isso, não houve ruptura, nem na área dos investimentos. Ao contrário, os investimentos chineses continuaram crescendo no Brasil.

Uma palavra sobre as exportações de petróleo. Parte delas envolve a Petrobrás, mas também empresas chinesas que exploram petróleo no Brasil e exportam para a China. Por fim, há o setor da carne. As empresas de proteína animal souberam se organizar muito bem na China. Criaram escritórios de qualidade, contrataram profissionais chineses com conexões junto aos compradores e ao Ministério do Comércio da China, o MOFCOM. Esses foram, na minha visão, os segmentos mais importantes.

Pergunta

No atual contexto, a crescente fragmentação da ordem internacional tende a reduzir o protagonismo das instituições multilaterais e ampliar a importância das relações bilaterais e regionais. Considerando esse cenário, o senhor acredita que mecanismos bilaterais entre Brasil e China, como a COSBAN, tendem a ganhar mais relevância nos próximos anos? Como essa tendência pode influenciar a evolução da parceria estratégica entre os dois países?

Resposta

Em primeiro lugar, eu penso o seguinte: a China tem interesses muito claros no contexto da nova ordem em áreas como inteligência artificial, terras raras, por exemplo. Eu acho que ela vai buscar defender seus interesses nesses. Exemplo: A China defende propôs a criação de um organismo internacional para regulação da inteligência artificial, a WICO.

Eu tendo a achar que o novo internacional vai ser o seguinte: a China e os EUA vão se entender sobre temas centrais, mas haverá pressão dos dois lados sobre todos os países do mundo para que se alinhem a um ou outro lado.

Acredito que nós vamos estar sempre tendo que navegar em mares difíceis. Tudo vai depender um pouco de qual vai ser o governo que existir no Brasil. Se existir um governo de esquerda que tenha um bom diálogo com a China, vai ser mais fácil administrar até as eventuais dificuldades que podem acontecer. Se for um governo de direita, vai ser mais difícil, embora eu não acredite que um governo de direita vá virar as costas para a China, porque isso não é possível.

E você associou isso à COSBAN, por exemplo. De fato, a COSBAN, se houver um governo de direita no Brasil, vai perder um pouco de energia, sem dúvida. Ela perdeu no tempo do governo Bolsonaro. Acho que se reuniu uma única vez, se não me engano. O vice-presidente, Hamilton Mourão, interessou-se pela COSBAN por ser o líder brasileiro na COSBAN, quis se aprofundar o relacionamento. Mas a COSBAN perdeu espaço no período Bolsonaro.

Caberá ao Estado brasileiro, digo, aos ministros, aos funcionários públicos, aos parlamentares e outros, fazer um esforço para que a COSBAN não perca o seu papel central importante de aproximar os dois países.

Pergunta

Durante sua carreira na diplomacia, o senhor acompanhou a crescente participação chinesa na construção de novas instituições e mecanismos de governança internacional. Como essa evolução da atuação multilateral chinesa influenciou a forma como o Brasil passou a se relacionar com a China? A parceria bilateral tornou-se mais robusta em razão desse novo protagonismo internacional chinês?

Resposta

A China tem uma forma própria de encarar as organizações multilaterais. Ela tem algumas iniciativas estratégicas de governança e de organização das relações internacionais. A ideia é fortalecer as organizações e fazê-las desempenhar um papel mais relevante. Nisso, a China coincide com a visão brasileira. Ao mesmo tempo, a China vai criando as suas próprias organizações. Criou a Belt and Road Initiative, criou a Organização para Cooperação de Xangai, que envolve os países da Ásia Central, a Índia e outros para discutir, sobretudo, temas de segurança, criou recentemente a WICO. Foi muito importante também na criação do NDB, o New Development Bank, no âmbito do BRICS.

A China traz uma série de conceitos próprios, como a promoção de iniciativas win-win e a ideia de uma comunidade de futuro compartilhado. São conceitos gerais que, de certa forma, são típicos da realidade interna chinesa.

Eu não acho que essas novas organizações criadas pela China terão, necessariamente, um grande impacto sobre o sistema multilateral global. Por várias razões. Se você olhar, por exemplo, a Belt and Road, ela não é uma iniciativa multilateral no sentido clássico da palavra. Existe um líder, que é a China, e ela continuará sendo esse líder. Nas organizações multilaterais tradicionais, há uma alternância de lideranças. Existe influência política dos países de maior força internacional, naturalmente, mas há mudanças nos cargos e nas posições. A China tem uma visão mais limitada nesse aspecto. O NDB também segue práticas próprias. O presidente é indicado pelo país da vez, permanece um determinado período até ser substituído por outro presidente indicado por outro membro. Não existe no NDB a lógica mais aberta de considerar entre diferentes candidatos e eleger o que tenha mais capacidade ou apoio.

Ao mesmo tempo, a China quer preservar as instituições atuais. A pergunta que se pode fazer é se haverá espaço político para que as organizações multilaterais sejam revigoradas. Eu diria que sim, haverá espaço para mantê-las. O problema é que muitas delas adquiriram um grau elevado de ineficiência e essa ineficiência tende a permanecer. É muito difícil extinguir uma organização internacional.

Ao mesmo tempo, veremos no mundo de hoja uma nova configuração das relações internacionais, com novas alianças entre países e novos fóruns específicos, reunindo Estados

de diferentes regiões ou da mesma região. Mas o processo de reconstrução da ordem internacional ou dos foros relevantes leva tempo, não acontece da noite para o dia. Em resumo, respondendo à sua pergunta: a China tem lançado novas iniciativas, mas eu não acredito que elas substituam o multilateralismo global. Acho que o multilateralismo continuará existindo por algum tempo, embora com uma fragilidade muito grande.

Pergunta

A China costuma apresentar a Belt and Road Initiative como uma plataforma bem-sucedida de promoção de infraestrutura, conectividade, comércio e desenvolvimento, e diversos países da América Latina aderiram formalmente à iniciativa. Por que o Brasil optou por não ingressar na Belt and Road Initiative até o momento? Essa decisão decorre de uma avaliação de que os benefícios seriam limitados para o país, de preocupações geopolíticas, da busca por maior autonomia estratégica ou de outros fatores?

Resposta

Essa pergunta só o governo é capaz de responder, e ele nunca disse abertamente porquê o Brasil não aderiu ao Belt and Road. Eu posso fazer algumas especulações com base no que eu conheço do pensamento do Itamaraty. Primeiro, o objetivo do Belt and Road é estimular investimentos em infraestrutura nos países participantes. O Brasil não precisa disso. Os investimentos chineses em infraestrutura já estão aqui há muito tempo e entram de uma forma diferente da que ocorre em outros países. Na maioria dos países, a China financia os investimentos, criando uma dívida dos governos com ela. No Brasil, não. Nós abrimos licitações, as empresas entram e assumem o risco dos projetos. O risco é delas. Então, o mecanismo tradicional do Belt and Road, em que a China e algum membro identificam um projeto, a empresa chinesa executa, a China financia e o país onde o investimento se realiza fica com uma dívida, não funciona no Brasil.

Segundo eu, diria que existe uma certa resistência do Itamaraty ou do Brasil, em participar de um esforço internacional que tem um líder muito claro, sem alternância. No caso do Belt and Road, esse líder é a China. E você não sabe exatamente para onde esse líder pretende conduzir o mecanismo. Um dos documentos que li sobre a BRI, da Comissão Nacional para a Reforma e o Desenvolvimento da China (NDRC), indica que o objetivo de longo prazo

é muito ambicioso. O documento fala, inclusive, em coordenação macroeconômica. Em suma, existe uma liderança muito clara, que pode ampliar o escopo do mecanismo conforme seus próprios objetivos.

O terceiro ponto é um raciocínio bastante pragmático. A diplomacia brasileira pensa sempre no longo prazo. O Brasil é um país em que a orientação ideológica dos governos pode mudar. É pior entrar no Belt and Road e ver no futuro, outro governo decidir sair, do que simplesmente permanecer de fora. A Itália, por exemplo, entrou no Belt and Road e depois resolveu sair. Isso tem um custo. Os diplomatas brasileiros costumam pensar no longo prazo e entendem que não devemos correr riscos quando o futuro da estabilidade da política externa pode estar em jogo.

Dito isso, a ideia brasileira de explorar as sinergias entre o Belt and Road e os programas brasileiros de infraestrutura é criativa. É uma boa solução. O Brasil não entrou no Belt and Road, mas também não o rejeita.

Pergunta

Desde a sua criação, o BRICS passou por importantes transformações, ampliando sua agenda de cooperação, criando instituições próprias e expandindo o número de participantes. Como o papel do BRICS evoluiu ao longo dessas duas décadas? O bloco continua sendo apenas um espaço de coordenação política entre economias emergentes ou vem assumindo um papel mais relevante na construção da nova governança internacional?

Resposta

O BRICS desperta interesse e curiosidade, não há a menor dúvida. Há uma lista grande de países que querem participar do BRICS.

Quanto à curiosidade, eu pertenço ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), e já participei de vários debates em instituições acadêmicas estrangeiras e recebi pessoas aqui no Brasil que perguntavam sobre o BRICS. Há uma percepção geral no mundo de que esse grupo tem potencial.

Eu penso, no entanto, que esse potencial poderia ser melhor explorado. Muitos dizem que o papel do BRICS é aumentar a interação entre as economias dos países membros. Conseguiu? Não. Na verdade, nem tentou. O BRICS fez e faz um esforço para ampliar o

conhecimento mútuo das burocracias dos países membros. Conseguiu alguma coisa. Há áreas em que os resultados são positivos: a cooperação no combate a doenças típicas de países em desenvolvimento, por exemplo. Mas, ao mesmo tempo, o encontro das burocracias produziu pouco: as burocracias se reúnem todos os anos, são centenas de reuniões envolvendo praticamente todos os ministérios, e o resultado não é visível

Outra questão é que o BRICS criou o Novo Banco de Desenvolvimento, que financia projetos dos s países membros. Uma pergunta que não se pode evitar é a seguinte: foi necessário criar esse banco? A minha opinião pessoal é que não. O mercado já oferece financiamento amplo aos membros dos BRICS, e os grandes bancos também. Recentemente, entraram no NDB novos membros, alguns com menor nível de desenvolvimento, então talvez faça mais sentido para eles. Mas é interessante notar que ser membro do BRICS não significa ser membro do banco. São universos diferentes. Inclusive, há países que fazem parte do banco e não pertencem ao BRICS, como o Uruguai.

Uma pergunta possível é: os recursos do banco foram essenciais para o Brasil? Possivelmente não. Nem para o Brasil, nem para a Índia, nem para a China. Mas existe um componente político importante: os países conseguiram criar uma instituição financeira que não depende do voto americano nem do voto europeu. Houve um avanço conceitual. E ampliar a disponibilidade de recursos para financiamento nunca é uma má ideia.

Acho que o BRICS está sofrendo, neste momento uma consequência não prevista da sua expansão. Hoje você tem Irã e Emirados Árabes Unidos como membros e os dois vivem em um contexto de ataques militares um ao outro. Fatos assim dificultam o funcionamento do grupo, a meu ver. Como fazer acertos entre países que estão em conflito militar? A entrada de novos membros foi, sobretudo, iniciativa chinesa. Criou um ambiente difícil de administrar.

Além disso, a principal bandeira do BRICS nas instituições multilaterais é: aumentar o poder de voto dos países em desenvolvimento. Mas as próprias instituições multilaterais vivem hoje uma crise de credibilidade. Então, faz sentido ampliar o poder de voto justamente quando essas instituições enfrentam uma perda tão grande no seu ramo de atuação? É verdade que o foco dos BRICS sempre foi as instituições financeiras: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, mas, mesmo assim, o momento é crítico.

Em suma. eu diria que o BRICS desperta atenção. Tem potencial, no médio e longo prazo, para se tornar um foro diferenciado e ampliar a interação entre países que não foram os principais protagonistas da ordem internacional desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas é sempre possível perguntar se o que o BRICS fez até o momento valeu a pena. Tenho dúvidas. Inclusive dúvidas sobre a ampliação dos membros, que sempre foi uma ideia chinesa... Acho que a motivação chinesa fazia sentido, mas, ao mesmo tempo, criou dificuldades. O Brasil, pelo que sei, sempre foi mais crítico em relação à ampliação. Queria definir critérios para a entrada de novos membros e tinha receio de que o grupo perdesse eficácia. Acho que, aparentemente, esse receio se confirmou. Agora resta ver como o BRICS atravessará esse período de crise e qual será o seu futuro.

Mas eu quero fazer uma observação mais geral relacionada à sua pergunta. Não há país mais importante para a China, nas relações internacionais, do que os EUA. O objetivo número um, dois e três da China é ser reconhecida pelos EUA como uma grande potência e conseguir um grau de interação com os EUA que lhe garanta legitimidade para ampliar sua economia, seu desenvolvimento científico e tecnológico e sua capacidade de atuação internacional.

Ela conseguiu isso com o governo Trump. Muitos acreditam que existe um consenso entre democratas e republicanos em torno da contenção da China. É um fato. Mas Trump parece ter entendido que os dois países precisam encontrar uma forma de convivência. Eu fui à China várias vezes e conversei com pessoas muito próximas do governo, ou que o assessoram, e ouvi delas o seguinte: existe um problema estrutural na economia internacional, que se expressa no excesso de consumo dos EUA e no excesso de poupança na China. Esse problema só será resolvido quando os dois países chegarem a entendimentos. Acredito que a China esteja disposta, inclusive, a exportar menos para os EUA. É o que está acontecendo. As exportações chinesas para os EUA vêm caindo bastante e a China não reclama disso. Ela reclama das restrições relacionadas a produtos que envolvem tecnologia ou a bens considerados estratégicos. A redução do comércio em si não é o principal problema para os chineses.

É possível que o BRICS e outros mecanismos criados pela China percam parte da sua importância estratégica se a China conseguir alcançar um entendimento de grande potência

com os EUA. Por isso, eu não acho que a sua pergunta sobre o BRICS tenha uma resposta definitiva.

Pergunta

A China tem apresentado um crescente interesse na América Latina, que tem se tornado um palco de disputa geopolítica entre China e EUA, especialmente no que tange à presença chinesa na região em diversos setores e, atualmente, à exploração de minerais críticos e/ou estratégicos. Diante do interesse dos EUA em retomar o espaço perdido para a China na região, como o senhor avalia a capacidade brasileira de equilibrar as relações comerciais entre as duas potências sem comprometer seus interesses?

Resposta

Eu penso que não há outra opção para o Brasil senão dizer: "Nós não assumimos lados". Vamos fazer o que mais nos interessa em cada momento. Primeiro, um entendimento entre China e EUA pode nos afetar. Há poucos dias, autoridades chinesas disseram que estão chegando a um entendimento com os EUA sobre a redução de tarifas para produtos agrícolas dos dois lados. Há um risco para o Brasil.

Não será simples equilibrar posições diante das divergências entre os grandes. Por exemplo, a questão das terras raras. Eu vejo hoje um grande interesse no desenvolvimento desse setor no Brasil. Se você observar quem está investindo nisso, verá principalmente empresas estrangeiras: australianas, americanas etc. E as empresas americanas contam com financiamento do governo dos EUA, inclusive do Departamento da Defesa. Ou seja, existe claramente um fator geopolítico envolvido. Até que ponto isso pode incomodar os chineses não sei.

No Brasil, nós ainda não temos uma regulação adequada para as terras raras. governo diz: "Vou negociar aqui, vou negociar ali". Mas o que realmente nos protegeria seria uma estrutura clara, com regras bem definidas e uma agência reguladora capacitada. Assim, em qualquer circunstância, se tivermos que fazer uma escolha, poderemos dizer: "Estou escolhendo de acordo com as minhas regras, e não porque estou do lado de um ou de outro". As terras raras podem nos levar ao centro da disputa geopolítica com investimentos americanos financiados pelo Departamento da Defesa

Então, respondendo à sua pergunta: a melhor opção para o Brasil é não assumir lados. As pressões existirão, e talvez, diante delas, tenhamos que tomar partido ou, pior ainda, acabemos assumindo um lado sem perceber. Se isso acontecer, teremos que lidar com as consequências, e eu não sei exatamente como os problemas serão resolvidos. Um de cada vez.

Entrevistadora:

Assumir lados nesse momento acaba comprometendo uma relação que foi construída de forma muito gradual. Então, realmente, torna-se uma situação bastante complicada.

Entrevistado

É, mas veja: a China está acompanhando os investimentos estrangeiros em terras raras no Brasil. Ela não demonstra um interesse agudo nesse momento. Há empresas chinesas observando esse mercado, planejando investimentos, mas até o momento sem uma atuação intensa. O Brasil tem um potencial enorme nessa área. Eu não acho que tenhamos reservas ou capacidade suficientes para desafiar a hegemonia chinesa., mas se aumentarem muito os investimentos estrangeiros, financiados com recursos públicos com origem no segmento militar, podemos encontrar resistências. Os minerais extraídos das terras raras têm uso dual — ou seja, podem servir tanto para produzir carros elétricos e computadores quanto armamentos —, aí nós passamos a correr um risco de sermos envolvidos na disputa geopolítica entre China e EUA. Insisto: a única coisa que nos protege é um esforço sério para formular um marco regulatório e criar uma agência reguladora de qualidade. Mas isso ainda não aconteceu.

Existe um projeto de lei aprovado pela Câmara que prevê a criação de um fórum interministerial para elaborar um plano de ação para as terras raras. As coisas já estão batendo à nossa porta, e agora vão criar um fórum para depois discutir um plano? Está faltando um pouco de urgência no tratamento desse tema. Também acho um erro dizer: "Nós vamos negociar tarifas usando o nosso potencial em terras raras". Isso não faz sentido. O que o Brasil precisa é de um marco regulatório claro. É preciso definir como serão concedidas as autorizações de lavra, em que condições elas poderão ser transferidas, se a venda de uma autorização dependerá de autorização do governo, quais serão os prazos e quais serão as regras. É isso que precisa ser estabelecido.

Então, para responder à sua pergunta: eu continuo achando que o Brasil não deve escolher lados. Mas também não podemos imaginar que, em todas as situações, bastará levantar a mão e dizer: "Nós não temos lados". Não é bem assim.

Entrevistadora

E o senso de urgência parece não estar sendo tratado dessa forma pelo governo. E não apenas pelo governo atual, mas também pela oposição.

Entrevistado

Eu também acho. A crítica não é voltada a ninguém. O governo da vez é quem está encarregado e tem que enfrentar o problema. Mas vale para os dois lados. Se vier a oposição e disser: "Nós vamos fazer apenas concessões aos americanos nessa área", isso também seria um desastre. O que precisa ser feito é estabelecer regras e definir em que circunstâncias é bom para o Brasil explorar as terras raras, quais são os riscos e as sensibilidades que o governo deve considerar ao autorizar lavras ou a vendas do direito de lavra. Isso precisa ser discutido para que, no futuro, não nos encontremos nessa situação.

Pergunta

Como o senhor interpreta o fato de as empresas chinesas estarem instalando fábricas de veículos elétricos e estruturando cadeias produtivas aqui no Brasil? O senhor acredita que esse movimento representa um novo patamar dessa relação bilateral?

Resposta

Eu acho que as empresas chinesas vêm para o Brasil, em primeiro lugar, por uma motivação chinesa. Elas alcançaram uma capacidade de produção que o resto do mundo não tem e estão exportando os seus veículos elétricos. Isso tem causado problemas. Recentemente, por exemplo, os EUA estabeleceram restrições para a entrada desses veículos no mercado americano. Já o Canadá adotou outra postura: disse que eles poderiam entrar desde que formem joint ventures com empresas canadenses, utilizem fornecedores locais de peças e componentes, e garantam que os seus sistemas digitais não possuirão backdoors que permitam o envio de informações para a China ou para o governo chinês.

Citei os EUA e o Canadá porque isso explica por que as empresas chinesas estão indo para o resto do mundo: elas precisam. A capacidade de produção na China é muito grande, a concorrência interna é enorme, as empresas precisam conquistar novos mercados e consolidar sua presença internacional. Além disso, por razões geopolíticas, elas já perceberam que concentrar toda a produção na China pode ser um risco. É melhor diversificar os locais de produção para que, caso surja um problema geopolítico envolvendo a China, elas consigam manter suas operações e exportações.

No caso do Brasil, as empresas também vêm porque já existem muitas empresas chinesas instaladas aqui que tiveram bom desempenho. Elas olham para o país e pensam: "É um mercado difícil de operar, porque a tributação é complicada, a legislação trabalhista é complexa e os processos trabalhistas geram preocupação. Mas, apesar disso, a economia brasileira oferece um certo grau de estabilidade." Além disso, o Brasil é uma economia grande e a indústria automobilística só faz sentido em economias de grande porte. Em países pequenos, normalmente não há escala suficiente para justificar esse tipo de investimento.

Pergunta

E o senhor percebe uma vontade das empresas chinesas em se instalarem em todos os elos da cadeia ou somente nos elos iniciais da exploração mineral ou finais de montagem? O senhor acha que conseguiremos fugir da armadilha do neoextrativismo?

Resposta

Não sei responder a essa pergunta. Acho que dependerá muito das condições que o governo vai impor a essas empresas. Existe um fenômeno novo no mundo, que é a volta da política industrial. Aquele mundo liberal, em que a política industrial era condenada porque se dizia que os mercados deveriam decidir a alocação de recursos e de investimentos, não existe mais. Os EUA têm política industrial, o Canadá também, a Europa tem iniciativas como o Industrial Acceleration Act. A China sempre teve política industrial. Nós temos uma certa dificuldade com isso porque ainda temos a ideia de que as políticas devem ser horizontais e de que não se deve proteger ou incentivar demais um setor específico. Mas isso vai ser inevitável. Será um desafio para qualquer governo.

Nesse contexto, se soubermos impor certas obrigações às empresas chinesas, poderemos estimular investimentos maiores e mais dinâmicos no Brasil. Se deixarmos isso apenas na mão delas, elas vão atender, naturalmente, aos próprios interesses. Mas impor essas condições a quem investe não é simples. Normalmente isso acontece quando o governo oferece financiamento. Mas as empresas chinesas podem ter acesso a financiamento mais barato do que qualquer financiamento disponível no Brasil.

Como ela aprendeu a produzir veículos elétricos? Ela autorizou a Tesla a se instalar no país sem exigir a formação de uma joint venture com alguma empresa chinasa. Enquanto todas as demais montadoras eram obrigadas a formar parcerias com empresas chinesas, a Telas foi isenta. Em compensação, disse à Tesla que seus fornecedores deveriam ser nacionais. Com isso, os chineses aprenderam a produzir os componentes, depois avançaram para as baterias, sofisticaram a tecnologia e acabaram se tornando líderes nesse setor. Eles tinham escala, ofereceram subsídios e souberam conduzir essa política.

Pergunta

O senhor considera que o Brasil tem imposto algum obstáculo ou limitação à atração de investimentos chineses para a cadeia produtiva de veículos elétricos?

Resposta

Não, pelo contrário. Houve um momento em que se impôs uma tarifa de importação mais alta para incentivar as empresas a produzirem aqui. Claro que houve pressão das empresas automobilísticas tradicionais instaladas no Brasil, europeias e americanas, dizendo: "Não deixem eles entrarem assim, imponham uma tarifa". Mas eles foram muito espertos para administrar isso: enviaram uma quantidade de carros antes de as tarifas serem aprovadas.

Acho que, quando se impuseram as tarifas, o objetivo era justamente dizer: "Olha, tem que produzir alguma coisa aqui. Pelo menos uma parte da montagem tem que ser feita no Brasil". Mas, sinceramente, hoje em dia isso é pouco em matéria de política industrial. A política industrial hoje é muito mais complexa do que isso. Esse exemplo canadense, que foi anunciado há pouquíssimos dias, me impressionou muito. Eles estão dizendo o seguinte: "Olha, tem que ter um sócio canadense, tem que ter fornecedores canadenses e tem que haver prova de que a tecnologia não transmite informações para a China". Isso não é fácil, não.

Entrevistadora

E isso não lembra a própria estratégia chinesa?

Entrevistado

Lembra a própria estratégia chinesa. Durante algum tempo, os carros da Tesla na China não podiam circular na área central de Pequim, onde ficam os órgãos governamentais, porque entendia-se que havia um risco relacionado ao fluxo de informações e à segurança desses sistemas. Os chineses conhecem as coisas.

Pergunta

A China tem uma agenda muito ativa nos compromissos nacionais e internacionais em transição energética assumidos. No que a agenda chinesa se diferencia da estratégia do Brasil? O que o Brasil poderia aprender mais com a China e vice-versa?

Resposta

Eu penso que o campo da economia verde oferece muitas oportunidades para o relacionamento Brasil- China. Eu tenho visto, por exemplo, o governo chinês impor às suas empresas e instituições o engajamento em projetos verdes no mundo inteiro. Isso abre uma oportunidade para nós, porque temos um cenário amplíssimo para projetos na economia verde. E, no campo da transição energética, eu acho que existem também oportunidades múltiplas. Por exemplo: hidrogênio verde, combustível de aviação.

Nossas realidades são diferentes. O Brasil tem um uso extensíssimo de energia renovável. l. A China tem uma tradição de queimar carvão e usar petróleo. Mas ela está reduzindo a energia de combustíveis fósseis.

Eu acho que a China, de fato, tem um compromisso com a economia verde e com o combate às mudanças climáticas. Ela ternou-se campeã em áreas centrais, como energia eólica e energia solar e agora avança nos carros elétricos, baterias. A China é um país que se move assim: eles identificam um interesse básico, estrutural, e depois olham e dizem assim: Como alcançar objetivos e ganhar financeiramente: Hoje em dia, talvez seja o país no mundo mais comprometido com a transição energética e com a economia verde. Acredito que aí existe uma

oportunidade frutífera no campo bilateral. Na área de mineração verde, descarbonização da mineração, eu acho que tem muita coisa que podemos fazer juntos.

Pergunta

O senhor entende então que Brasil e China têm uma agenda de transição energética comum e não só compartilhada?

Resposta

Eu acho que tem sim. Esse espaço existe. Minha grande questão é como você desenha isso do ponto de vista brasileiro, porque isso também é um esforço que exige Estado e empresas. No caso da China, é mais fácil administrar, pois o Estado tem uma penetração imensa sobre as decisões das empresas privadas. Nós não temos. Mas eu acho que existe um campo muito fértil aí.

Há, na minha opinião, dois campos férteis no relacionamento Brasil-China. Um é esse, é o campo da sustentabilidade, economia verde, transição energética. E o outro é o campo financeiro. A China ainda tem experiência limitada com investimentos puramente financeiros no exterior e ainda desconhece as oportunidades para operar nos mercados de capitais em países estrangeiros.

Para fazer mais, a China vai ter que fazer esforços na sua realidade interna. Tem que incorporar abertura à conta de capital, tem que deixar o mercado gerir sua presença externa com menos interferência dos reguladores. Há indicações de que ela está caminhando para uma postura mais aberta e mais flexível, mas ainda preservando muito a vigilância da interferência do Estado. Acho que o governo chinês está caminhando e o nosso Governo está fazendo as coisas direito. Eu acredito que essa última viagem do Ministro da Fazenda, que foi lá solicitar autorização para a emissão de Panda Bond pelo Tesouro Nacional, está na direção certa.

Pergunta

Ao longo dos últimos anos, a relação Brasil-China se expandiu nas questões comerciais, mas também, ao mesmo tempo, passou a conviver com alguns desafios relacionados a exigências sanitárias, ambientais, regulatórias, até mesmo tecnológicas. Como o senhor avalia a evolução

dessas barreiras ao longo do tempo? Quais mudanças mais marcaram o comércio bilateral e quais desafios tendem a ganhar maior relevância no futuro?

Resposta

As mudanças foram numa direção positiva. Os chineses adquiriram alguma confiança nas autoridades sanitárias brasileiras; a confiança era baixa. Eles passaram a confiar também nos fornecimentos de soja, tanto no volume quanto na própria qualidade da soja enviada. Abriram vários mercados para nós, como algodão, milho, outros. Eu acho que a evolução foi boa. Lenta, mais lenta do que nós gostaríamos que fosse, porque tivemos que respeitar as exigências internas deles, mas houve uma boa evolução.

O futuro tem riscos. Os chineses, há pouco tempo, lançaram um plano de cinco anos na agricultura. Estão claramente determinados a aumentar a sua produção de cereais, sobretudo de grãos, a dar à agricultura uma dimensão econômica mais clara. A agricultura sempre foi parte da grande política de proteção social.

Já há previsões de que, em 10 anos, eles vão reduzir as suas compras de grãos do exterior, para não falar do fato de que, se eles se entenderem com os EUA de uma forma mais ampla, eles vão permitir uma entrada maior de grãos americanos lá. Se eles tiverem que fazer alguma coisa para manter a relação com os EUA, não vão pensar duas vezes. Então, penso que a evolução foi boa. Mas o quadro para adiante é um quadro que envolve riscos e eu não creio que em 10 anos nós vamos estar exportando a mesma quantidade de grãos e produtos agrícolas para a China. Mas tampouco acho que estaremos fora do mercado chinês. Definitivamente, não.

Entrevistadora

Pela sua resposta, os riscos são muito mais externos do que internos, certo?

Entrevistado

São riscos mais externos. São riscos chineses. O risco é a China mudar as suas posições. Internos brasileiros, não, a agricultura brasileira mostrou uma capacidade admirável de incorporar tecnologia e ter ganhos de produtividade, etc. É um setor promissor no Brasil.

Mas sempre teremos que diversificar, explorar outros mercados. Está aí o mercado europeu; pode ser que seja mais demandante dos nossos produtos agrícolas em função do acordo de livre comércio. Há também mercados na própria Ásia, Sudeste Asiático. É essencial manter a estratégia na China, até porque ela é muito bem-sucedida, mas a palavra de ordem é diversificar.

Reduzir a dependência do mercado chinês e tentar diversificar, porque a China já disse claramente que ela vai reduzir a dependência que ela tem da produção externa de grãos. Ela não escondeu isso.

Entrevistadora

E essa redução também inclui o aumento de sua produção interna?

Entrevistado

Isso. Aumentar a produção interna, possivelmente usar a compra de grãos como elemento político, estimular a produção em países como o Leste Europeu, por exemplo, onde eles têm penetração e podem comprar, até mesmo em países africanos. Não é um mercado que você diga assim: "Não, aqui eu me estabeleci e para sempre será meu". Não é bem assim.

Pergunta

Embora a relação comercial entre Brasil e China seja forte, a relação cultural entre os dois povos ainda está em construção. Nós temos visto o Ano do Brasil na China e muitas iniciativas chinesas aqui dentro também. Para o senhor, quais seriam os principais obstáculos culturais para a aproximação entre esses dois países?

Resposta

Primeiro, o desconhecimento mútuo dos países. O mundo inteiro está conhecendo melhor a China, mas a China não está conhecendo melhor o Brasil. Então, você tem que criar condições para que isso aconteça. A segunda é o fato de que a China não tem uma tradição na soft diplomacy, digamos assim. O soft power está mais visível agora com a força do TikTok ou com os milhões de vídeos de pessoas que vão à China. Eu não sei quem são os autores desses vídeos, mas quero crer que muitos devem ser estimulados pelos chineses. A distância geográfica, não ajuda o conhecimento mútuo. Agora com a eliminação dos vistos da China

para o Brasil e do Brasil para a China, cria-se um estímulo maior a viagens, mas os chineses têm férias curtas na China para vir aqui.

Eu estive recentemente em um evento em Carajás agora. Havia dois chineses lá. Eles vieram da China diretamente para Carajás e voltaram para a China de Carajás. Imaginar uma coisa dessa: a pessoa vem da China, vai à Amazônia e não vai nem a Belém ou Manaus. É difícil você viajar uma distância tão grande e dizer assim: "Mas não vou passar nem dois dias para ver como é que é, como é que funciona aquela sociedade ali".

De nossa parte, temos que fazer propaganda, investir na visibilidade do Brasil. Isso é inevitável. Mas é difícil, porque o Itamaraty não tem uma verba cultural grande. Os eventos culturais hoje se dão todos na base da Lei Rouanet. Mas algo precisa ser feito de forma mais intensa e consistente.

Em alguns momentos acho que ainda há resquícios de uma visão dogmática sobre a China. As pessoas dizem: "Ah, mas lá funciona um regime comunista, não tem democracia, as pessoas estão submetidas a..." Isso é preconceito puro. É um pouco você julgar o mundo pela sua própria experiência e não pelo que o mundo é.

Pergunta:

Por fim, quais são as agendas de potencial colaboração efetiva entre Brasil e China no campo bilateral, plurilateral ou multilateral? Quais seriam as perspectivas de aprofundamento dessa relação?

Resposta

Na minha opinião, no mundo internacional, tanto o Brasil quanto a China defendem um mundo em que haja uma ordem internacional e regras de conduta. A China é um país que quer evitar imprevisibilidades e crê na ordem como um valor necessário. O Brasil é uma de potência média, digamos assim. As regras protegem os países que não estão no topo do poder mundial.

Nessa visão de mundo é algo que nos une e nos vincula. Acho que, na área econômica, essa questão da economia verde e finanças são temas que têm maior potencial no momento. E acho que ainda existe um potencial no conhecimento mútuo de políticas sociais, embora eu

tenha dito desde o começo da nossa entrevista que eu acho que as opções de política social Brasil-China são completamente diferentes.

Mas o compartilhamento de experiências aqui e ali eu acho que pode trazer alguma coisa de novo para os dois países.

Entrevistadora:

E a AI, que impacto terá?...

Entrevistado:

Eu não acho que a inteligência artificial vai acabar com as posições de trabalho, mas, quando você olha a realidade na China, você vê que eles incorporam a inteligência artificial com muito mais velocidade do que nós estamos incorporando. E já é visível isso. Você conversa com as pessoas, com os economistas que estudam isso. Eu vou à China com muita frequência e converso com muita gente lá, sobretudo do meio acadêmico. E você vê que isso é um tema que está na cabeça deles, porque está acontecendo efetivamente. Há muitas pessoas perdendo emprego por causa da AI. Com o avanço da AI e com a economia chinesa crescendo a 4% ao ano, ou talvez menos até, quando você perde o emprego na China na faixa de 30 e poucos anos em diante, você não acha outro.

A China tem dois problemas sérios nisso. Primeiro, ela não consegue gerar emprego para todo mundo que sai da universidade. Tem que criar 12 milhões e meio de empregos por ano para quem sai da universidade. A pessoa que sai da universidade, mas não tem onde trabalhar, torna—se frustrada. Volta-se para atividades que não requerem o diploma universitário. Isso faz com que as pessoas fiquem muito frustradas.

Hoje já é visível o fato de que a inteligência artificial está competindo com o emprego. Saiu uma notícia recente de um juiz na China, que determinou que uma pessoa tinha sido demitida e substituída pela inteligência artificial, e ele mandou readmitir a pessoa. Ele disse que tinha que readmitir. Como na China a Justiça não é um braço do partido, isso parece ser uma posição partidária. Mas o que fazer? As empresas podem ser desencorajadas a usar a inteligência artificial?

O governo quer o oposto: ele quer que as empresas sejam encorajadas a usar a inteligência artificial. A solução no longo prazo para o impacto sobre o emprego é fazer o que a China sempre se recusou a fazer: ter políticas redistributivas de renda.